

RECURSO ESPECIAL Nº 1.794.255 - RS (2019/0022953-9)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **WOLF GRUENBERG**
RECORRENTE : **BETTY GUENDLER GRUENBERG**
ADVOGADOS : **EDUARDO AUGUSTO PIRES - SP164326**
: **FERNANDA GUIMARÃES - SP273816**
RECORRIDO : **FAZENDA NACIONAL**
INTERES. : **MONTALBANI COSTA DA MOTTA**
ADVOGADO : **MONTALBANI COSTA DA MOTTA - RS061911**
INTERES. : **TEXTIL CAMBURZANO S/A**
ADVOGADO : **FERNANDA MAZEGA FIGUEREDO - PR055124**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por WOLF GRUENBERG E OUTRA, em 10/09/2018, com base nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL. IMPOSSIBILIDADE. REDIRECIONAMENTO DECORRENTE DE DISSOLUÇÃO IRREGULAR.

Ao contrário do que pretendem os agravantes, não é possível suspender a execução fiscal em face do decidido pelo STJ na ProAfR no REsp 1645333/SP, pois a decisão é restrita aos casos de redirecionamento decorrente exclusivamente de dissolução irregular, o que não é o caso dos autos" (fl. 38e).

As partes recorrentes alegam ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.037 do CPC/2015 e 135, III, do CTN.

Sustentam, de início, que o acórdão recorrido carece de fundamentação subjetiva, devendo, portanto, ser declarada a nulidade do julgado.

Asseveram, de outra parte, em síntese, que a execução fiscal deve ser suspensão, com base no Recurso Especial 1.645.333/SP, afetado como representativo da controvérsia (Tema 981/STJ).

Apresentadas as contrarrazões (fls. 85/87e), foi o Recurso Especial admitido pelo Tribunal de origem (fls. 90/91e).

A irresignação não merece prosperar.

O Tribunal de origem negou provimento ao recurso interposto pelas partes ora recorrentes, pelos seguintes fundamentos:

"(...) Ao contrário do que pretendem os agravantes, não é possível suspender a execução fiscal em face do decidido pelo STJ na ProAfR no REsp 1645333/SP, pois a decisão é restrita aos casos de

redirecionamento decorrente **exclusivamente** de dissolução irregular, o que não é o caso dos autos.

Como bem ponderado pelo magistrado singular, restou "... amplamente explicitado em sentença proferida nos embargos nº 50308652120144047100 opostos por Wolf Gruenberg à presente execução contra ele redirecionada, o redirecionamento contra ele e Betty baseou-se, **não só na mera dissolução irregular prevista na súmula 435 daquela Corte, mas sim em vários outros atos que configuram tanto violação da lei quanto inobservância dos estatutos das várias sociedades anônimas dedicadas ao ramo têxtil que perfaziam o grupo econômico da Av. Frederico Mentz, e que foram referidos na extensa sentença que decidiu a medida cautelar fiscal 2008.71.00022474-4**" (fl. 43e).

Como visto, não há que se falar em ofensa ao art. 489 do CPC/2015, de vez que o voto condutor do acórdão recorrido apreciou fundamentadamente, de modo coerente e completo, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.

No mais, quanto à alegada ofensa aos arts. 1.037 do CPC/2015 e 135, III, do CTN, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, os argumentos utilizados pelas partes recorrentes somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, não conheço do Recurso Especial.

I.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora